DO SE

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 500 - Brasília, quarta-feira, 9 de julho de 1997



Reunido ontem à noite, o Congresso aprovou cinco medidas provisórias.

Senado aprova o Fapi, a aposentadoria paralela

Proposta estabelece que empregado participará da capitalização do fundo por no mínimo 10 anos, ao fim dos quais poderá resgatar as aplicações. Patrões também são estimulados a comprar quotas para os funcionários



Em reunião conjunta, três comissões aprovaram os pareceres favoráveis à LGT aprovada ontem pelo plenário do Senado. O projeto, que irá agora à sanção do presidente da República, permite a qualquer empregado ou autôno-

mo ter uma aposentadoria paralela à do INSS, ou receber suas quotas depois de 10 anos de capitalização.

A criação do Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) e do Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual foi

Página 5

Plenário vota a LGT amanhã

votar amanhã o projeto de Lei Geral das Telecomunica-

O plenário do Senado deve ções, que teve pareceres favoráveis aprovados ontem por três comissões. Página 3

CPI decide hoje se convoca Paulo Maluf

PÁGINA 6

Ensino religioso terá de ouvir todos os credos

PÁGINA 5

Mais rigor contra crimes ambientais

PÁGINA 4



O presidente da CAE, José Serra, e o relator do projeto da regulamentação, José Fogaça, na reunião de ontem

Relatório do senador José Fogaça mantém texto vindo da Câmara, que agora segue para a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Regulamentação da emenda do petróleo é aprovada pela CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), aprovou ontem parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS) ao projeto de lei que regulamenta a emenda constitucional que flexibilizou o monopólio estatal de petróleo. O parecer manteve o texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

A proposição institui o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), e já tinha parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Caberá agora à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) emitir parecer sobre a matéria, que então irá ao plenário da Casa.

O relator deu parecer contrário a 17 emendas apresentadas ao projeto, de autoria dos senadores Bello Parga (PFL-MA), José Roberto Arruda (PSDB-DF), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e José Eduardo Dutra (PT-SE), decisão esta que foi ratificada pela comissão.

Pela proposição, as atividades de pesquisa, lavra, refinação, processamento, comércio e transporte de petróleo e derivados serão desenvolvidas pela Petrobrás em caráter de livre competição com outras empresas.

Conforme o texto, a ANP tem a finalidade de promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo. Já a CNPE terá a atribuição de propor políticas para o aproveitamento racional dos recursos energéticos e estabelecer diretrizes para importação e exportação do petróleo.

Crédito a município gaúcho é discutido

O plenário do Senado discute hoje, em turno único, projeto de resolução que autoriza a prefeitura municipal de Coronel Barros (RS) a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 61 mil 355, destinada à construção de unidades habitacionais.

Antonio Carlos aproveitou a sessão concorrida para alertar senadores



Faltas podem causar corte na ajuda de custo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, alertou os senadores que o Decreto Legislativo 7/95 permite o corte da parcela de ajuda de custo, integrante do salário dos parlamentares, se eles não comparecerem a pelo menos dois terços da sessão legislativa. Ele fez o alerta ao anunciar sessão do Congresso, ontem à noite, para votação de medidas provisórias.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo 2º Vice-Presidente: Júnia Marise 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima 2º Secretário: Carlos Patrocinio

3º Secretário: Flaviano Melo 4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração – Helival Rios Diretor do Jornal do Senado – Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado – José do Carmo Andrade

Editores - Dialba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso Diagramação - Sergio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax: (061) 311-3137 - Brasilia - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Agenda do Dia

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno único do Projeto de Resolução nº 84/97, que autoriza a prefeitura municipal de Coronel Barros (RS) a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de RS 61 mil 355, destinada à construção de unidades habitacionais.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidada-

Pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 26/97, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Reunião de instalação de comissões mistas, quando serão eleitos os presidentes e vice-presidentes e designados os relatores das seguintes medidas provisórias: 10h - MP nº 1507-21/97, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - MP nº 1511-1297, que dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771/65, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agricolas na região Notre e na parte norte da região Centro-Oeste. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - MP nº 1523-9/97, que altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213/91. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

14h30 - MP nº 1565-6/97, que altera a legislação que rege o salário-educação. Sala 15 - Ala Senador Alexandra Costa

16h - MP nº 1524-9/97, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Sala 09 Ala Senador Alexandre Costa As 52 emendas apresentadas foram rejeitadas pelos relatores José Ignácio, Fernando Bezerra e Hugo Napoleão. A maioria delas modificava dispositivo que permite à Anatel nomear e exonerar sem o pronunciamento do Senado

Comissões aprovam Lei das Teles



Suassuna: alterações no clima

Ney Suassuna quer agendar preservação ambiental

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem a inclusão da preservação ambiental e da redução da poluição na agenda social do país. Para ele, um bom exemplo do reconhecimento das alterações climáticas se registrou durante a Rio-92, quando 150 governos assinaram a Convenção-Macro sobre Mudanças Climáticas. Os países desenvolvidos, no documento, comprometiamse a limitar suas emissões de gases e os países subdesenvolvidos concordavam em promover o progresso também com a preocupação de minimizá-las.

No entanto, de acordo com Suassuna, mesmo cumprindo esses compromissos, o teor atmosférico dos gases continuaria a aumentar, visto que a redução das emissões precisaria ser de cerca de 60%, apenas para haver uma estabilização da atmosfera. Além disso, conforme afirmou, a redução ainda é economicamente proibitiva, tanto para os países mais pobres, que não dispõem de recursos para empreender uma reestruturação global de suas matrizes energéticas, como para os países ricos, que se mostram pouco inclinados a cumprir as promessas, pois estão mais preocupados com a redução de custos em seus setores produtivos.

O plenário do Senado deve votar amanhã o projeto de Lei Geral das Telecomunicações, já aprovado pela Câmara dos Deputados. Requerimento de urgência para a matéria, apresentado pelo líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), foi acolhido pelo plenário no final da sessão de ontem.

Em reunião conjunta que

se estendeu até o início da

tarde desta terça-feira, as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovaram os pareceres favoráveis ao projeto, oferecidos pelos respectivos relatores, senadores José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), Fernando Bezerra (PMDB-RN) e Hugo Napoleão (PFL-PI). Os pareceres mantiveram o texto da Câmara dos Deputados.

Na CCJ, 16 senadores votaram a favor do parecer de José Ignácio Ferreira, um votou contra e um se absteve; na CAE, foram 20 votos com o relator Fernando Bezerra,



respectivos relatores, sena- Na reunião conjunta das três comissões, os senadores mantiveram o texto aprovado pela Câmara dos Deputados

três contrários e uma abstenção; e, finalmente, na CI, 17 votaram sim ao parecer de Hugo Napoleão, dois não, e houve também uma abstenção. As abstenções registradas foram do senador Josaphat Marinho (PFL-BA), que participa das três comissões.

As 52 emendas apresentadas foram rejeitadas pelos relatores. A maioria delas pretendia modificar dispositivo que permite à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) nomear e exonerar membros do seu conselho diretor sem que o Senado se pronuncie.

A modificação, defendida pelos senadores Roberto Freire (PPS-PE) e Esperidião Amin (PPB-SC), era no sentido de que o Senado vote sobre as nomeações e as exonerações da Anatel, com o propósito de evitar que critérios políticos se sobreponham aos critérios técnicos.

O líder do governo, senador Elcio Alvares (PFL-ES), disse que a discussão sobre o conselho diretor da Anatel é um tema que "está em aberto", podendo o dispositivo a respeito sofrer alterações em plenário.

Admissão e demissão de conselheiros da Anatel, a questão mais divergente

A permanência, no âmbito do Executivo, das decisões sobre as nomeações e
exonerações da futura Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) é o item
que mais tem gerado discussão entre os senadores,
entre eles os não-oposicionistas Esperidião Amín
(PPB-SC) e Josaphat Marinho (PFL-BA),

O senador Roberto Freire (PPS-PE) voltou a defender, na reunião conjunta de ontem, que os relatores da Lei Geral das Telecomunicações (LGT) deveriam propor um instrumento legal único para reger as agências reguladoras de setores privatizados, submetendo, ao Senado, o processo de admissão e demissão dos conselheiros do órgão.

- Os relatores deveriam chegar a um consenso quanto à criação de agências distintas. Não cabe esse tipo de contradição - reiterou, referindo-se ao fato de que, na Lei do Petróleo, em votação ontem no Senado, ficou estabelecido que o presidente da República poderá nomear ou exonerar membros

do conselho diretor da futura Agência Nacional do Petróleo (ANP) com a posterior confirmação do Senado, que obrigatoriamente apreciará estes atos do Executivo.

Ao defender a proposta aprovada na reunião conjunta, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ressaltou "que existem especificidades" em relação às agências e lembrou que o ministro da Administração, Bresser Pereira, já havia sugerido a criação de um "arcabouço genérico" visando regulamentá-las, mas que hoje os ministérios fazem a

legislação ao seu próprio feitio, uma vez que a idéia não vingou no âmbito do próprio Executivo.

Para José Eduardo Dutra (PT-SE), a situação do Senado em relação "à negativa de suas prerrogativas", no caso da Anatel, é preocupante. Ele disse que o projeto fere a Constituição e contraria o programa que pregou o presidente Fernando Henrique Cardoso, quando prometeu preservar a presença do setor público na área das telecomunicações. Substitutivo ao projeto do Executivo estabelece severas punições e multas a quem desrespeitar a legislação. Cidadãos poderão ser presos por até seis anos e indústrias transgressoras fechadas em definitivo

Lei ambiental é acolhida com alterações

O plenário do Senado aprovou ontem substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a projeto do Executivo que lista todas as punições para quem agir de forma lesiva ao meio ambiente. Elas vão da simples advertência à cadeia de até seis anos, multas pesadas, fechamento de indústrias e prestação de serviços à comunidade. O projeto, com 89 artigos, atualiza a legislação brasileira, que prevê punição apenas para os crimes contra a fauna.

A matéria, que também foi analisada pela senadora Marina Silva (PT-AC), prevê prisão de um a três anos, além de multa, para pessoa responsável por incêndio em florestas ou áreas de proteção ambiental. A mesma punição

será aplicada à pessoa que pescar em área de preservação, capturar peixes com tamanhos inferiores aos determinados pelo Ibama ou usar explosivos ou substâncias químicas na pesca.

Outra novidade na lei, que ainda terá de ser votada pelos deputados, é a prisão por cinco anos, além de multa, para quem for apanhado exportando qualquer espécie vegetal brasileira, germoplasma ou produto ou subproduto de origem vegetal, sem licença das autoridades brasileiras.

Hoje é comum o roubo de espécies florestais da Amazônia, sem que se possa punir os responsáveis. Até quem vender motosserra ou utilizá-la em florestas, sem autorização, poderá ser detido



Marina Silva: atenção aos crimes como incêndios florestais, uso de explosivos e agressões a animais silvestres



de três meses a um ano. Nesse caso, a motosserra será apreendida, além de aplicadas multas.

Lúcio Alcântara é

autor do

substitutivo

que agora

retorna à

Câmara dos

Deputados

O projeto mantém as atuais punições para as pessoas flagradas matando, perseguindo ou caçando animais silvestres (até um ano de cadeia). Haverá punição até para quem destrói ninhos ou criadouros de animais silvestres. A prática de maustratos ou ferimento de animais do país poderá ser punida com até um ano de detenção, conforme a proposta.

As pessoas que, em "estado de necessidade", matarem animais silvestres para saciar a fome de sua família não estarão cometendo crimes, conforme o substitutivo.

Fica ainda proibido importar qualquer produto químico cuja comercialização seja proibida no país de origem.

No geral, são elevadas as penas e multas para quem causar desastres ambientais ou obtiver lucro com isso.

Cinco medidas provisórias viram leis

Reunido ontem à noite sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães, o Congresso Nacional aprovou cinco medidas provisórias, entre as quais a que institui o Programa de Desligamento Voluntário de servidores civis do Poder Executivo federal. Outra medida aprovada, na forma do projeto de conversão de lei apresentado pelo relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em autarquia.

Na mesma sessão, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.561-6, que "dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta. A medida, que também regula os



na apreciação da MP que trata da alíquota de contribuição da Previdência dos servidores

pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judicial, teve como relator o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB).

Também foram aprovadas as seguintes MPs: nº 1.541-25, que "dispõe sobre a amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da administração pública federal"; e nº 1.478-25, que altera dispositivos das Leis 8.036/90 e 8.844/

94 relacionadas ao FGTS, sua fiscalização, aplicação e arreca-

A sessão foi encerrada quando foi colocada em votação a Medida Povisória nº 1.482-37, que dispõe sobre mudanças nas alíquotas de contribuição dos servidores públicos para a Seguridade Social. O PFL pediu adiamento da votação, com o argumento de que essa medida provisória trata de assunto polêmico.

A sessão de

ontem terminou

O Fapi permitirá a qualquer cidadão ter uma aposentadoria paralela à do INSS. O tempo mínimo de capitalização é de dez anos. Trata-se do primeiro projeto incluído na pauta da convocação extraordinária acolhido pela Casa

Senado aprova aposentadoria programada

O plenário do Senado aprovou ontem a criação de Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi), que permitirão a qualquer empregado ou autônomo ter uma aposentadoria paralela à do INSS, ou receber todas suas quotas depois de dez anos de capitalização. O projeto irá agora à sanção do presidente da República e é considerado fundamental pela equipe econômica para aumentar a poupança interna do país. Este foi o primeiro projeto incluído na convocação extraordinária do Senado e aprovado pelos senadores.

Pelo projeto, o empregado entrará para um Fapi e se comprometerá a participar da capitalização no mínimo por dez anos - haverá a compra de quotas a cada prazo determinado pelo participante. Se o empregado enfrentar problemas, poderá ficar até um ano sem adquirir novas quotas. A mesma proposição cria o Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual, pelo qual os patrões poderão comprar quotas para os funcionários. Se o empregado mudar de emprego, continuará contribuindo e poderá negociar com o novo empregador o depósito de parte da capitalização.

Instituições financeiras e seguradoras poderão criar e



O plenário, ontem, durante a apreciação do projeto considerado fundamental pela equipe econômica do governo

administrar um Fundo de Aposentadoria Programada Individual, mas o patrimônio do Fapi não poderá se misturar com os bens dos bancos ou seguradoras. Em caso de falência do banco, o patrimônio do Fapi não fará parte da massa falida. Os ativos do Fapi também não poderão ser penhorados.

- A maior garantia que se dá ao Fapi é a sua portabilidade afirmou o senador José Serra (PSDB-SP), relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos. Ou seja, se o empregado ou autônomo não estiver satisfeito, poderá pegar suas quotas e transferi-las para outro fundo, sem pagar imposto de renda ou IOF nessa mudança. O empregado deverá ficar num fundo pelo prazo mínimo de seis meses, antes de

Ao final dos dez anos, o aplicador poderá resgatar todas as quotas. Se quiser, conforme o projeto, essa pessoa poderá usar o dinheiro para entrar num fundo de previdência privada, o que lhe dará uma renda mensal para o resto da vida. O resgate das quotas só poderá ser feito após os dez anos. Antes disso, só em caso de invalidez ou morte (a retirada será feita pelo espólio). Se quiser pegar o dinheiro antes, haverá uma elevada punição: o pagamento de IOF de 25% sobre o valor do re-

O Conselho Monetário Nacional regulamentará os novos fundos, os quais serão fiscalizados pelo Banco Central, pela Superintendência de Seguros Privados e pela Comissão de Valores Mobiliários. A regulamentação definirá como deverá ser a composição do patrimônio dos

Relatores destacam benefícios

O senador José Serra recusou, em plenário, várias emendas, inclusive uma do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que pretendia liberar as quotas pagas pelo patrão quando o funcionário perdesse o emprego. Conforme o relator, essa possibilidade poderia levar ao surgimento de uma "indústria do desemprego, como no FGTS".

Para o senador Bello Parga (PFL-MA), relator da proposta na Comissão de Assuntos Sociais, o Fapi surge num momento em que os sistemas de prévidência oficiais vêm enfrentando problemas e podem ser uma solução para qualquer pessoa que queira melhorar sua aposentadoria. "O Fapi tem a vantagem de dar ao interessado a chance de escolher quanto quer contribuir e qual a periodicidade", afirmou Parga. Ele acredita que haverá grande competição entre os fundos, o que pode aumentar sua eficiência.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lembrou que os fundos serão abertos, acessíveis a todos os profissionais liberais, micro e pequenos empresários e seus erapregados, além de autônomos. Para ele, uma das grandes vantagens do novo fundo é a liberdade que dá ao filiado de decidir a periodicidade da aplicação e a mudança de fundo.

Regras para o ensino religioso no 1º grau

O plenário do Senado aprovou ontem, e vai à sanção presidencial, projeto de lei que obriga as secretarias de educação a ouvirem todas as diferentes religiões para estabelecer o currículo do ensino religioso, se quiserem introduzir a matéria no primeiro grau, como autoriza a Lei de Diretrizes e Bases da Edu-



Joel de Hollanda: não ao proselitismo

cação, aprovada no final do ano passado.

O ensino religioso continua sendo opcional e não se permitirá "quaisquer formas de proselitismo" na matéria, ou seja, não se poderá orientar o aluno para seguir determinada religião. O projeto estabelece ainda que um sistema de ensino, ao decidir colocar a matéria para seus alunos do ensino fundamental, terá de pagar salários aos professores da matéria.

O relator Joel de Hollanda (PFL-PE) ponderou que não tem sentido continuar proibindo o pagamento de professores de religião, porque isso acaba "transformando a matéria em doutrinação religiosa dentro de determinado credo". Ou seja, por não ser uma atividade remunerada, as pessoas que se dispõem a ministrar esse ensino geralmente estão ligadas a uma determinada religião, podendo orientar os alu-

Discutiram o projeto Abdias Nascimento (PDT-RJ). Roberto Freire (PPS-PE), Emília Fernandes (PTB-RS), Josaphat Marinho (PFL-BA), Roberto Requião (PMDB-PR), Sebastião Rocha (PDT-AP), Marina Silva (PT-AC), Benedita da Silva (PT-RJ), Esperidião Amin (PPB-SC), Gil-

vam Borges (PMDB-AP) e

Joel de Hollanda.

nos dentro de suas crenças.

Senador tentou antecipar reunião da CPI dos Precatórios para deliberar sobre convocação de governadores e do ex-prefeito paulistano, que viajou sem aguardar a agenda da comissão

Suplicy: Maluf desrespeitou Congresso



Simon: tendência mundial

Simon propõe campanhas financiadas pelo Estado

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou projeto de lei que pretende colocar o Estado como o grande financiador de campanhas eleitorais no Brasil. A proposta aumenta a contribuição orçamentária da União para o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) de RS 0,35 por eleitor para R\$ 7,00 - um crescimento de 20 ve-

Com isso, os recursos do fundo passariam dos atuais R\$ 35 milhões para R\$ 708 milhões, por ano. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, o Brasil tinha, em 1996, 101,284,121 eleitores.

Simon afirma em sua proposta que há uma tendência no mundo de se colocar o Estado como o major financiador dos partidos políticos. Com isso, reduz-se a influência do poder econômico nas eleições, "tornando mais efetiva e representativa a participação política de seus cidadãos".

O projeto determina que 99% dos recursos públicos serão destinados a partidos políticos, no financiamento de campanhas eleitorais, que tenham obtido, nas últimas eleições, pelo menos 5% dos votos para a Câmara Federal.

Apesar de insistir para que a CPI dos Precatórios realizasse ontem mesmo reunião extraordinária para deliberar sobre a convocação do exprefeito Paulo Maluf, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou no final da tarde em plenário que ela ficou para as 17h de hoje. Ele informou que o requerimento de convocação do ex-prefeito já se encontra com o presidente da comissão. Bernardo Cabral. Disse também que Maluf viajou para a Alemanha.

Conforme Suplicy, havia um entendimento conduzido pelo senador Gilberto Miranda (PFL-AM) para que o ex-prefeito dissesse esta semana se poderia comparecer à CPI como convidado. Em vez disto, Maluf entregou quase 500 páginas de documentos à Secretaria da CPI, na última sexta-feira, alegando uma viagem programada e embarcando em



Suplicy: acordo não foi cumprido

seguida para a Europa.

- Considero esta uma atitude de desrespeito com o Congresso Nacional e com a boafé que eu próprio e outros senadores tivemos diante da palavra do senador Gilberto Miranda, que pediu que aguardássemos a resposta do sr. Paulo Maluf. Trata-se de fato gravíssimo - disse Suplicy.

Na ocasião, o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) informou que Maluf o procurou



na última sexta-feira com um pacote de documentos, entre os quais se encontravam recortes de jornais onde o relator da CPI, Roberto Requião (PMDB-PR), dizia que não dispunha de provas contra o ex-prefeito.

"Diante dessa declaração, Paulo Maluf não tinha por que retardar sua viagem", afirmou Cafeteira.

O senador Roberto Requião, por sua vez, negou que suas

declarações tenham sido exatamente essas e comentou que, embora tendo oportunidade, o ex-prefeito não quis fazer a própria defesa perante a CPI. Na sua opinião, na papelada entregue à comissão, Maluf "apresentou uma confissão de culpa e fugiu da CPI e do país". Disse também que o depoimento de Celso Pitta (ex-secretário de Finanças de Maluf e

atual prefeito de São Paulo) não o convenceu da lisura da prefeitura na emissão de títulos para pagamento de precatórios.

O presidente da CPI informou que já entregou a presidência da comissão a Geraldo Melo (PSDB-RN), em razão de viagem ao exterior. E apelou a Suplicy para que deixasse seu requerimento de convocação do ex-prefeito para ser deliberado hoje.

Ademir teme revolta no Pará

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) registrou ontem a realização de um ato público que obstruiu a rodovia estadual PA-150, por três horas, no distrito de Rio Vermelho, município de Xinguara, no último fim de semana. Ele fez um apelo aos habitantes da região para que não cumpram suas ameaças de derrubar as torres de transmissão de energia da hidrelétrica de Tucuruí.



Ademir denunciou o governador

O ato reuniu prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, o próprio senador e a população local, para pedir o rebaixamento da linha de transmissão de energia da hidrelétrica de Tucuruí, que passa sobre Rio Vermelho sem beneficiar seus habitantes.

Após o ato, todos dirigiramse a Belém, a 1.200 quilômetros de distância, para uma audiência com o governador Almir Gabriel.

- Registro o espírito autoritário e prepotente do governador, que recebeu as pessoas, ouviu as ameaças de derrubada das torres de transmissão de energia e não propôs nenhum encaminhamento de solução para o problema - disse. Conforme Ademir Andrade, todos os presentes à audiência saíram "revoltados", daí sua preocupação com a possível concretização das ameacas.



Nasa visita Sarney

O senador José Sarney, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, recebeu ontem comissão da Nasa que está no país para firmar convênio com o governo brasileiro visando à implementação de uma nova estação espacial. O diretor-geral do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Márcio N. Barbosa, acompanhou os visitantes. Além do Brasil, mais 10 países integrarão o projeto, que deverá ter a participação de um astronauta brasileiro.

Sarney recebeu também visita do embaixador do Peru, Alexandre Gordilho.



Jefferson vê risco se o Brasil não crescer 6% ao ano

Ao sustentar ontem que o baixo crescimento e a excessiva dependência de recursos externos põem em risco a política econômica brasileira pelos próximos dois anos, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) voltou a advertir para a crise cambial enfrentada pela Tailândia, "Oue a equipe econômica, juntamente com o Congresso Nacional, saibam encontrar a solução para esse difícil percurso do próximo biênio", conclamou.

Ele explicou que o Brasil teria de crescer 6% ao ano para absorver o crescimento anual da mão-de-obra decorrente do aumento da população e da modernização do setor industrial, que reduz intensamente o mercado de trabalho. Sem conseguir crescer a taxas maiores que 3% ou 4% ao ano, ele acha que o Brasil terá índices crescentes de desemprego, visto que a taxa atual de 6% soma uma mão-de-obra supostamente empregada.

- A economia brasileira está sujeita a acidentes de percurso muito sérios. Essa armadilha terá que ser desmontada na penosa travessia que faremos. Não sou catastrofista, mas também não sou um dr. Pangloss (referência ao personagem otimista do romance Candide, de Voltaire). Os riscos existem e a possibilidade de repetirmos a Tailândia ou o México é real - acrescentou **Jefferson**

O senador leu artigo assinado no jornal O Estado de S. Paulo pelo economista Antonio Correa Lacerda, professor da PUC, que também se mostra preocupado com o custo da atual política econômica sobre as contas públicas.

Senador entende que know-how adquirido pelo programa deve ser aproveitado dentro de uma perspectiva mais contemporânea e adequada às necessidades atuais

Jonas Pinheiro defende retomada do Proálcool

Ao comentar ontem o anúncio feito em Nova York pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, sobre a intenção de o governo retomar o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) manifestou sua aprovação, dizendo que a decisão "terá um reflexo positivo junto aos produtores de cana-de-acúcar, estimulando o aumento do plantio na próxima safra e os investimentos para o aumento da produtividade".

O senador fez questão de frisar que essa retomada não deve implicar um retorno aos moldes originais do Proálcool.

"Temos pleno conhecimento de que serão necessários profundos ajustamentos em suas diretrizes e em suas modalidades de gerenciamento e de operacionalização", disse.

Jonas Pinheiro lembrou que o Proálcool surgiu em resposta à alta de precos do petróleo no mercado internacional e ao risco de desabastecimento do produto. Hoje, no entanto, a importância do programa está ligada à qualidade ambiental, porque o álcool, como energia limpa e renovável, tem o mais baixo índice de emissão de gases, o que é importante sobretudo nos grandes centros urbanos - sali-

- O know-how adquirido com esse programa deve ser aproveitado e aplicado no futuro, evidentemente, dentro de uma perspectiva mais contemporânea, mais adaptada aos tempos. às condições e às necessidades atuais - reiterou.

Para Jonas Pinheiro, outra

vantagem da retomada do Proálcool estaria na abertura de novas perspectivas para o cultivo da cana-de-acúcar no interior do país, "principalmente na região Centro-Oeste, possibilitando não somente a diversificação do sistema produtivo atualmente assentado na cul-



Jonas: ajustes no programa

tura de soja e milho -, mas também a instalação de usinas, como fontes de geração de emprego e renda".

Leomar Quintanilha (PPB-TO) também registrou, em aparte, sua aprovação ao anúncio presidencial.

Jucá denuncia ameacas contra o Tribunal de Contas de Roraima

O senador Romero Jucá (PFL-RR) informou ontem. em plenário, que o Tribunal de Contas de Roraima (TCE) está sofrendo uma série de ameaças por ter rejeitado as contas do governador do estado relativas a 1996. Ele disse que, entre as irregularidades constatadas, o tribunal apurou que, ao longo do ano passado, o governador consumiu mais de cinco arrobas de carne, por dia, em sua residência oficial.

- Além de falhas na aplicação das verbas públicas, o governador pagou mais de uma dezena de obras não concluí-

das e serviços que não foram executados. Para coroar o desperdício e o absurdo, o tribunal concluiu, mediante simples continha de matemática, que a residência oficial consome nada menos do que 79 quilos de filé por dia - disse o senador.

Jucá explicou que as contas do governo estadual foram rejeitadas por 2 a 1, e que três membros do tribunal estão sendo atacados também pela Assembléia Legislativa de Roraima, que ameaça destituílos. "Isso é inadmissível", pro-

O senador assinalou que, em outros estados, "os tribunais de contas também têm sido vítimas, às vezes, da imprensa, e até na Câmara dos Deputados há projeto no sentido de acabar com esses tribunais".

Romero Jucá reafirmou ser inadmissível qualquer tipo de ameaça contra o Tribunal de Contas.



Romero Jucá aponta irregularidades



Um passo para a união dos países de língua portuguesa

O presidente do Senado, An- o presidente do Congresso bratonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o secretário-executivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Marcolino Moco, que veio pedir o apoio do senador para uma rápida tramitação na Casa do processo de ratificação do documento assinado pelos países integrantes da comunidade. formalizando a sua criação.

Antonio Carlos tranquilizou o secretário quanto à ratificação pelo Legislativo do documento de criação da organiza-

Marcolino Moco pediu que

sileiro lidere uma ação internacional para aproximar e integrar os Parlamentos das nações que fazem parte da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, em especial a cooperação com os Legislativos dos cinco países africanos membros da entidade.

No encontro, o secretário informou a Antonio Carlos que Salvador estará sediando, entre 16 e 18 de julho, encontro dos ministros de Relações Exteriores que representam os membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Senadora acusa governo de manipular a opinião pública ao colocar funcionários públicos como a razão do caos administrativo. Ela apóia tese de Cabral de que é necessária uma ampla mudança na gestão de pessoal

Benedita defende estabilidade de servidor

Contrária à idéia do fim da estabilidade no servico público, a senadora Benedita da Silva (PT-RD disse ontem que a Constituição federal e a Lei 8.112/91, que regulamenta os dispositivos referentes ao funcionalismo público civil, já prevêem a perda do cargo do Benedita: servidor não é culpado do ao Legis-

servidor mediante processo iudicial ou administrativo, além de fixar responsabilidades e penas aos "que não cumprirem devidamente o seu papel".

- O Executivo está chovendo no molhado. O que se faz necessário é que a lei seja aplicada e cumprida - reite-

Benedita da Silva concordou com pronunciamento fei-



feira pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) segundo o qual, ao invés da reforma administrativa que tramita na Câmara dos Deputados, o Executivo poderia ter envia-

lativo propostas "de ampla reformulação da política e práticas de gestão de pessoal, de forma a propiciar um efetivo controle do desempenho dos servidores e seus corolários, o estímulo aos dotados de capacidade e iniciativa e a dispensa dos incompetentes", citou.

Para a senadora, é preocupante que o governo, ao apresentar uma reforma que coloca o servidor núblico comorazão do caos administrativo, "esteja manipulando a opinião pública".

 Sabemos que, notória e historicamente os servidores vêm sofrendo todo tipo de desmandos, irregularidades e abusos por parte de uma classe política sem nenhum compromisso com o poder - disse.

Em aparte, o senador Nev Suassuna (PMDB-PB) defendeu que as mudanças na área da administração pública tenham validade a partir de sua aprovação, mas sem que elas prejudiquem direitos adquiridos. Na opinião do senador Ramez Tebet (PMDB-MS). "vai ser muito difícil o governo obter o que pretende", não só pelo necessário respeito aos direitos adquiridos, mas também porque a estabilidade "representa a garantia da própria eficiência do serviço público. ao contrário do que tem sido

Ministro visita ACM e pede apoio a emenda para Saúde

Em visita ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ontem, o ministro da Saúde Carlos César de Albuquerque, agradeceu seu apoio ao setor de saúde pública, e pediu atenção especial do Senado para dois projetos de interesse do ministério que estão em apreciação na Câmara dos Deputados.

O primeiro é a proposta de emenda constitucional (PEC nº 169/93) fixando novas regras para o financiamento do setor, e o outro é a proposta de regulamentação dos planos de saúde e dos me-

canismos de ressarcimento, pelas empresas de saúde privada, das despesas dos hospitais públicos com o atendimento de seus conveniados.

No tocante à PEC, o ministro considera importante estabelecer de forma clara as fontes de custeio do setor e



fixar de forma igualmente clara a parceria com os estados e municípios.

A proposta estabelece que os municípios participarão com 10% do orcamento da Saúde, enquanto os estados entrarão com outros 10% e o governo federal destinará 30 por cento do orcamento da seguridade social para esse fim, em reforço às dotações orçamentárias específicas do ministério.

Gilvam acredita que STF fixará contribuição de 6%

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) manifestou sua confianca de que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecerá que o valor da contribuição dos servidores públicos ao sistema previdenciário deve ser de 6%, conforme a tradição e de acordo com a posição adotada pelo Conselho de Justica Federal, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ele explicou que os três últimos governos, "em tentativas eivadas de ilegalidade", procuraram elevar o valor dessa contribuição a até 12%. Recentemente, o STJ, por meio do Conselho de Justiça Federal, órgão máximo da administração da Justiça Federal, fez retornar a alíquota a 6%, no âmbito da sua competência, assinalou.

- Parte da imprensa e o governo denunciaram a iniciativa como arbitrária e escandalosa - disse Gilvam Borges, esclarecendo que a medida atendeu aos inte-

funcionários do Judiciário.

Para o senador, a cobrança acima de 6% só teve cobertura legal perfeita até junho de 1994. "Daí em diante o governo tem imposto essas contribuicões mais altas por meio de medida provisória reeditada mensalmente, ferindo o precei-



resses justos dos Gilvam: alíquota sem cobertura República com o

to constitucional do prazo de carência de 90 dias" para a vigência, garantiu. Depois de lem-

brar que o STF concedeu liminar a uma ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo procurador-geral da

objetivo de anular a decisão do Conselho de Justiça Federal, o senador observou que "se trata de um posicionamento preliminar daquele tribunal e temos a esperança de que acabe prevalecendo a posição da Justiça Federal, que nos parece mais justa".

Polícia rodoviária apela em favor de liberação de salários

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem representantes da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, de quem ouviu apelo no sentido de gestionar junto ao governo para solucionar a crise salarial enfrentada pela

Os policiais informaram que não recebem vencimentos há dois meses e o pagamento de ações judiciais específicas de integrantes da corporação, já ganhas, foi condicionado à existência de "provimento orçamentá-

Eles disseram que Antonio Carlos prometeu contatar os ministros da Justica e do Planejamento, com vistas a uma rápida solução do problema, a fim de que o pagamento dos salários da corporação seja colocado em dia.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALITÃES, Ronaldo Cunha Lima e Carlos Patrocínio e pela senadora Júnia Marise